RACISMO E DIVERSIDADE SEXUAL PELA PERSPECTIVA MARXISTA: APROXIMAÇÕES E MEDIAÇÕES NO SERVIÇO SOCIAL

RACISM AND SEXUAL DIVERSITY FROM A MARXIST PERSPECTIVE: APPROACHES AND MEDIATIONS IN SOCIAL WORK

Maria Isabel Soares Barros[1]

Resumo: o presente artigo consiste em uma revisão bibliográfica que analisa como as determinações raciais e sexuais se expressam na sociabilidade capitalista e incidem na formação e na prática profissional do Serviço Social. Parte-se do referencial do Marxismo, compreendendo que o racismo e a LGBTfobia não são fenômenos isolados, mas mecanismos estruturais que contribuem para a reprodução das relações de exploração, a segmentação da classe trabalhadora e a manutenção da ordem do capital. A discussão evidencia que raça e sexualidade são categorias históricas e políticas, articuladas à dinâmica de classe, sendo fundamentais para a compreensão das desigualdades sociais. Nesse sentido, sustenta-se que o reconhecimento dessas determinações como estruturantes do capitalismo é essencial para o fortalecimento de uma prática profissional crítica, orientada por princípios antirracistas, anti-LGBTfóbicos e anticapitalistas. Conclui-se que, embora o foco esteja no Serviço Social, o debate se insere em um movimento mais amplo da luta anticapitalista, contribuindo para a produção de conhecimento e para o aprofundamento das reflexões em diferentes áreas.
Palavras-chave: Racismo; Marxismo; Serviço Social; Diversidade Sexual; Capitalismo.

Abstract: this article consists of a literature review that analyzes how racial and sexual determinants are expressed in capitalist sociability and how they affect the training and professional practice of Social Work. It starts from a Marxist framework, understanding that racism and LGBTphobia are not isolated phenomena, but structural mechanisms that contribute to the reproduction of exploitative relations, the segmentation of the working class, and the maintenance of the capitalist order. The discussion highlights that race and sexuality are historical and political categories, articulated with class dynamics, and fundamental to understanding social inequalities. In this sense, it argues that recognizing these determinants as structuring elements of capitalism is essential for strengthening a critical professional practice, guided by anti-racist, anti-LGBTphobic, and anti-capitalist principles. It concludes that, although the focus is on Social Work, the debate is part of a broader anti-capitalist struggle, contributing to the production of knowledge and the deepening of reflections in different areas.
Keywords: Racism; Marxism; Social Work; Sexual Diversity; Capitalism.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar como as determinações da diversidade sexual e do debate racial, como se expressam na sociabilidade capitalista brasileira e incidem na formação e na prática profissional do Serviço Social. Parte-se da compreensão de que discursos que afirmam a inexistência das opressões, ancorados exclusivamente na existência de legislações formais de igualdade, não se sustentam na realidade concreta, na medida em que desconsideram a persistência de desigualdades estruturais. Dados recentes evidenciam esse cenário, segundo o Observatório de mortes violentas de LGBT+ no Brasil realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2024 o país permaneceu com maior número

[1] Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco; Graduada (2022) e Mestra (2026) em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba; Especialista em Relações de gênero, raça/etnia e em Políticas públicas e direitos sociais, ambas pelo Centro Universitário Internacional (2023).

de homicídios e suicídios de pessoas LGBT+ do mundo. Segundo a Agência Brasil (2025), 84% da população negra alega que já foi discriminada em algum momento, entre as mulheres negras 72% delas declararam que sofreram mais de um tipo de preconceito, seja por orientação sexual, renda, religião, obesidade, entre outros. Torna-se explícito que o discurso de negação, para além de não ser suficiente e não impedir, beneficia e contribui para a manutenção da reprodução das opressões. Assim, o próprio movimento do real, que se refere à compreensão de que a realidade social não é estática, nem aparente de forma imediata, mas histórica, dinâmica e contraditória. Impõe a necessidade de práticas concretas capazes de incidir tanto na objetividade quanto na subjetividade das relações sociais. Nesse sentido, no âmbito da formação profissional em Serviço Social, a realidade coloca à profissão exigências que demandam respostas qualificadas, orientando a construção de ações e intervenções críticas diante das expressões da questão social.

No âmbito da inserção do debate racial e das diversas formas de opressão na academia brasileira, destaca-se como elemento central a implementação das políticas de ações afirmativas, em suas diferentes modalidades. Ainda que persistam limites, tanto no que se refere ao quantitativo de vagas quanto ao aprofundamento do debate, tais políticas foram fundamentais para tensionar a histórica configuração elitista do ensino superior, ampliando o acesso de sujeitos historicamente excluídos e contribuindo para deslocar o perfil social das universidades. Esse processo tem incidido diretamente na produção do conhecimento e na dinâmica acadêmica, ao introduzir novos questionamentos e tensionar estruturas tradicionalmente marcadas por perspectivas brancas, eurocêntricas e heteronormativas.

No que se refere à formação em Serviço Social, é importante problematizar em que medida ela tem, de fato, incorporado uma perspectiva antirracista de forma transversal e consistente. Tal incorporação não ocorre de maneira homogênea entre as instituições, o que exige análises situadas que considerem as particularidades dos projetos pedagógicos e das condições concretas de formação.

Além disso, a partir de uma perspectiva crítica ancorada no Marxismo, é necessário evitar simplificações analíticas. Não se trata de afirmar que a formação antirracista no Serviço Social, isoladamente, seja capaz de superar o racismo em sua totalidade, especialmente no contexto da sociedade brasileira, em que o racismo se constitui como elemento estrutural e estruturante das relações sociais. Contudo, reconhecer esse limite não implica desresponsabilizar a profissão. Ao contrário, reforça-se a necessidade de fortalecer, no interior da formação e do exercício profissional, o debate crítico, a produção de conhecimento e a construção de práticas comprometidas com o enfrentamento ao racismo, entendidas como mediações que, ainda que parciais, podem incidir nas estruturas sociais e contribuir para processos mais amplos de transformação.

Partindo da premissa de que "analisar a dinâmica das relações sociais de classe, raça/etnia, sexo/gênero e sexualidade, de forma coextensiva e consubstanciada, permite-nos apreender criticamente determinações da sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista" (Cisne; Santos, 2018, p. 26), e que essas dimensões condicionam majoritariamente as múltiplas relações sociais que nos constituem e que estabelecemos, seja ao produzir situações de privilégio para alguns em detrimento de outros, seja ao estruturar relações de poder, exploração e opressão entre diferentes grupos sociais ou classes.

2 O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO DEBATE RACIAL E DA DIVERSIDADE SEXUAL: UMA ANÁLISE MARXISTA

A ideia, por vezes difundida em determinados discursos, de que as expressões relacionadas às temáticas de diversidade sexual e o debate racial seriam recentes na sociedade não se sustenta quando confrontada com a realidade histórica. Essa compreensão desconsidera que essas dimensões sempre estiveram presentes na constituição das relações sociais. Além disso, esse tipo de leitura tende a reforçar a naturalização de uma ordem social marcada por traços heteropatriarcais, racistas e capitalistas, ao esconder seu caráter histórico e socialmente construído, o que pode dificultar a problematização de suas bases e de suas possibilidades de transformação.

O que podemos identificar como uma novidade é a inserção desse debate no âmbito universitário, mesmo mediante às disputas internas. A entrada da população negra, quilombola, indígena e trans nas universidades, ainda que restrita, proporciona mudanças significativas no modo de pensar, registrar e fazer ciência.

Sob a perspectiva do Marxismo, não há posição mais incompatível do que fundamentar argumentações na ideia de uma realidade estática, dissociada de seu caráter histórico e processual. A formação do Brasil é acompanhada por características históricas como o "autoritarismo, o patrimonialismo, o clientelismo, o racismo, o patriarcalismo, a privatização do público, que se combinam entre si" (Cisne; Santos, 2018, p. 99). E elas não podem ser desmembradas das análises que fornecem como plano de fundo o Brasil. A historização dessas bases opressoras é importante para entender que foram/são movimentos de dominações propositais, socialmente construídas e com intenção formuladas. Dessarte, "não são as ideais e as normas que determinam a realidade, é a realidade, com a concretude histórica das relações sociais e seus antagonismos postos na luta de classes, que determina as normas e ideias" (Cisne; Santos, 2018, p. 49).

Desse modo,

> O conhecimento produzido pelo método materialista histórico dialético, pressupõe o estudo ontológico do ser social, uma análise histórica do objeto concreto, para determinar suas categorias mais simples e mais complexas, numa relação dialética entre particularidade e universalidade, na determinação de suas mediações, visando compreender aparência e essência do objeto, revelando suas contradições, com o objetivo de superá-las. O método em Marx é, sobretudo, uma posição ético-política de superação das contradições capitalistas (Silva, 2019, p. 49).

Diante disso, a primeira aproximação com o marxismo ocorreu nas décadas de 1960-1970, a partir da inserção na universidade, ocasionando impactos diretos na formação profissional. No primeiro momento, ainda que por um marxismo considerado "vulgar", um marxismo sem base diretamente nas obras de Marx, mas interpretado por terceiros. O movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (1960-1980) permite que a profissão se debruce sobre a teoria crítica marxista, compreendendo e assumindo décadas à frente o compromisso com a classe trabalhadora, como também resultando no Código de Ética do Assistente Social (1993), nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviços Sociais (1996), entre outros.

De acordo com Braz e Botelho (2024) a aproximação do Serviço Social com o marxismo, deve-se primeiramente ao Movimento latino-americano de Reconceituação (1965-1975), e que influencia três momentos da aproximação no Brasil, a primeira a perspectiva da intenção de ruptura na sua emergência entre 1972-1975, seu período de consolidação entre 1975 até a década de 1980 e posteriormente a sua propagação entre a categoria. Desta forma,

> O acervo crítico em que se baseia a profissão hoje é produto de uma corajosa atitude de se repensar, de ampliar as lentes de análise e perceber a profissão como parte e expressão de uma dimensão macro ordenada pelo modo de produção capitalista. Desde os anos 1980 a profissão encarou esse desafio e na atualidade é impossível realizar qualquer análise de qualquer dimensão da sociedade ou do exercício profissional ignorando o modo de produção capitalista como mirante de análise e determinante das relações raciais (Assis, 2022, p. 239).

De fato, Marx não debruçou diretamente, em suas obras, sobre os recortes de diversidade sexual e/ou raça. É fundamental compreender que seu objeto central de investigação foi a sociedade burguesa e o modo de produção capitalista, e não, especificamente, as relações étnico-raciais. Ainda assim, o método por ele desenvolvido, bem como suas formulações acerca das desigualdades e das relações de exploração e opressão, constituem aportes teóricos essenciais para fundamentar as lutas antiopressões.

A partir desse referencial, torna-se possível apreender tais fenômenos para além de suas manifestações imediatas, superando a aparência e alcançando sua essência no próprio

movimento do real. Isso implica compreendê-los em sua inserção na totalidade das relações sociais capitalistas, o que permite construir mediações entre o método marxista e o debate das opressões em contextos específicos, como o de países de economia periférica, marcados por heranças coloniais, raciais e patriarcais. Nessa direção, conforme destacam Cisne e Santos (2018), a categoria de totalidade implica reconhecer o caráter histórico e relacional do ser social, sem desconsiderá-lo enquanto um "complexo de complexos", evidenciando a articulação entre sociabilidade e individualidade, bem como a centralidade da luta de classes e das contradições que atravessam a vida social.

Tomemos como exemplo as mediações realizadas por Clóvis Moura, no prefácio do seu livro Dialética radial do Brasil negro, escrita por Oliveira (2004, p. 11), sinaliza que o pensamento moureano está para além de sinalizar as origens e implicações das relações raciais no Brasil, mas realiza "uma proposta teórico-conceitual sofisticada de pensar o Brasil [...] estuda a dinâmica das relações raciais como um elemento central na estruturação da sociedade de classes brasileira". O marxismo diferente da fórmula de Bhaskara não determina na sua aplicação uma ordem rígida a ser seguida, com métodos e resultados já definidos, sem possibilidade de modificação. O método indica metodologicamente caminhos a serem considerados mediante as suas categorias.

Elpidio (2025, p. 568), chama atenção para um "acerto de contas" necessário, devido a ausência do debate na formação acadêmica durante tanto tempo. Essa condição de omissão foi imposta aos próprios assistentes sociais que previamente trouxeram o debate para o cerne da profissão, disputando durante a história que fosse realizada uma articulação entre a realidade identificada e o trabalho profissional, sendo necessário o debate racial, de etnias, de sexualidade, de gênero, vinculado às classes sociais. A autora ainda destaca o silenciamento de importantes contribuições de autores marxistas de outras áreas que discutiram a temática racial no Brasil, por exemplo, Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento e tantos estudiosos e militantes. Afirmar que essa base intelectual é nova, portanto, inexperiente é desmerecer e apagar os importantes avanços que foram possíveis a partir dos estudos desenvolvidos pelos autores citados, inviabilizando o protagonismo dos que antecederam o debate e semearam o caminho para a discussão.

Um apontamento importante realizado por Elpídio (2025), trata da necessidade de reconhecer os processos vivenciados pela profissão a partir do acesso à teoria marxista, com isso a necessidade de examinar as tendências reducionistas feitas ao marxismo para que assim possa avançar no debate e assim superar essa concepção. Desta maneira, a defesa de um caráter anticapitalista vinculado à luta de classe, também reflete na defesa do fim das dominações e desigualdades na sociedade. Essa postura implica concretamente na defesa das lutas antirracistas, da população indígena, quilombola, cigana, LGBTQIAPN+, feminista, entre outros.

A pesquisa nacionalmente realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS intitulado de “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional” (2022), evidencia que, segundo a autodeclaração dos participantes, 92,92% dos profissionais se identificam como do gênero feminino e 6,97% como do gênero masculino. No que se refere à categoria “outras expressões de gênero”, esta corresponde a 0,10% do total, equivalente a 46 profissionais. Dentre esse grupo, foram registradas diferentes identidades: 7 pessoas (15,22%) se identificaram como transexual masculino, 5 (10,87%) como transexual feminino, 5 (10,87%) como travesti, enquanto a maioria, composta por 29 profissionais (63,04%), declarou não se identificar com nenhuma das opções de gênero disponibilizadas no instrumento de pesquisa.

A pesquisa aponta que uma grande maioria de entrevistados se identificam, quanto ao gênero, a partir de um sistema binário, porém há uma parcela, mesmo que pequena, que se autodeclara dentro de outras expressões. Nesse sentido, mesmo que esses sujeitos compreendam uma minoria de indivíduos, é necessário que discussões sejam movimentadas em detrimento deste público, pois é notório que o “modelo binário de masculino e feminino não expressa a diversidade sexual, e requer uma compreensão baseada na totalidade da vida social” (CFESS, 2022, p. 25). Sobre os dados do item da pertença étnico-racial, informam que 50,34% das/os profissionais se autodeclararam como de cor/raça preta/negra/parda, 46,98% branca, 1,85% amarela, 0,32% indígenas e sem identificação 0,51%. Esses dados revelam a necessidade do debate do racismo e da diversidade sexual para além de responder às demandas dos usuários, mas também da própria categoria.

Os fatos que comprovem que o debate da diversidade na profissão e na academia foram restritos durante um longo período podemos identificar, no entanto, a seguir iremos mapear algumas das produções que representam marcos políticos e teóricos na categoria acerca do debate da diversidade.

No debate da questão racial no interior do Serviço Social, destaca-se uma entrevista concedida por Magali da Silva Almeida à Revista Libertas, em 2013, intitulada “Pioneirismo da discussão étnico-racial no Serviço Social”. Na ocasião, a professora relata que, em 1988, quando estava vinculada ao Movimento Negro e ocupava a vice-presidência do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro, a entidade, em articulação com o movimento social, contribuiu para a organização da Marcha Contra a Farsa da Abolição de 1988, integrando o núcleo estadual de organização. A partir dessa atuação, o CRESS-RJ passou a se constituir como referência, entre as entidades do estado, no debate e na articulação de ações de enfrentamento ao racismo.

Outro episódio marcante, rememorado pela entrevistada, refere-se ao Pré-CBAS realizado em 1989, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, ela e uma colega apresentaram o trabalho intitulado “Serviço Social e os Bastidores do Racismo”, sendo recebidas com aplausos pela plateia. Esse momento contribuiu para impulsionar a

inserção do debate racial no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Contudo, à época, ainda não havia um Grupo de Trabalho específico para a temática étnico-racial, que acabou sendo incorporada ao debate mais amplo da diversidade humana e inserida no eixo temático "Análise de Conjuntura Econômica, Política e Social na Realidade Brasileira e no Contexto Latino-Americano Referenciado ao Capitalismo Internacional".

Ferreira (2010), sinaliza apenas três publicações até 2010 na principal revista da profissão na atualidade, a Revista Serviço Social e Sociedade, são elas de autoria de Matilde Ribeiro em 2004, Sarita Amaro em 2005 e Roseli da Fonseca Rocha em 2009. No ano de 2010, o CFESS realiza publicamente o debate no seu encontro nacional e realizou a publicação do "CFESS Manifesta" no Dia Nacional Da Consciência Negra. A "Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo" (2017-2020), realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS/CRESS). Em 2018, a ABEPSS lançou os "Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social", sua elaboração destaca a criação de um projeto de formação profissional antirracista como uma de suas prioridades políticas, reconhecendo a importância do debate étnico-racial na história do Brasil e na prática do Serviço Social. A publicação em 2018 da "Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia" pelo CFESS.

O volume oito da Biblioteca Básica do Serviço Social em 2018, é o primeiro da coleção a dar ênfase e centralidade ao debate da discussão da diversidade sexual, do patriarcado e do racismo, intitulado de "Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social" de autoria de Mirla Cisne e Silvana Mara. A criação em 2020 da "Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo". A coletânea "Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos", organizado em 2021 por Maria Beatriz Costa Abramides, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade de São Paulo (Neam/PEPGSS/PUC-SP) em comemoração aos 25 anos de existência. No mesmo ano, a publicação da coletânea "Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos" organizado por Márcia Campos Eurico, Rachel Gouveia Passos, Magali da Silva Almeida, Tereza Cristina Santos Martins reúne produções de assistentes sociais que tratam a interseção entre questão racial e a questão social no Brasil. O lançamento da "Plataforma Antirracista" em 2022 pela ABEPSS e no mesmo ano a publicação da coletânea "Antirracismos e Serviço Social" organizados por Márcia Campos Eurico, Maria Liduina de Oliveira e Silva, Rachel Gouveia Passos e Renata Gonçalves, resultado de debates desenvolvidos no curso "Movimentos Antirracistas, Marxismo e Serviço Social".

No debate da diversidade sexual, o CFESS foi o primeiro Conselho profissional a nível Federal que passou a garantir a utilização do nome social no seu Documento de Identidade Profissional (DIP), decretado na Resolução CFESS nº 785/2016. O Conjunto CFESS/CRESS

realiza campanhas para conscientização da temática, como por exemplo, “O Amor Fala Todas as Línguas” (2007), “Livre orientação e expressão sexual” (2008), “Nem Rótulos Nem Preconceitos. Quero Respeito” (2014), Caderno nº 4: Assistente Social no Combate ao Preconceito- Transfobia” e o documento normativo com orientações para atendimento de pessoas trans e travestis (2019).

Assis (2022, p. 237), aponta a importância de estudarmos a gênese da profissão para apreender de que forma a profissão se posicionou - ou não - frente a inserção do debate racial, e as marcas deixadas por esse processo, para isso, necessita considerar a ideologia racial vigente nesse período de gênese. Nesse sentido, ainda acrescentaria que também devemos compreender as concepções hetero patriarcais vigentes no período. Netto (1992, p. 69), é enfático ao afirmar que “a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica”. A profissão criada com a intenção de atender aos interesses da ordem burguesa capitalista, encontra no marxismo um embasamento teórico para interpretar de maneira autônoma as implicações ocasionadas.

Assim, o referencial marxista não oferece uma neutralidade ou uma solução imediata, mas um instrumental crítico que permite ao profissional interpretar limites, construir mediações e buscar estratégias de intervenção que, ainda que parciais, apontam para a transformação social. Desse modo, ao se apropriar do marxismo, o Serviço Social não apenas reconfigura sua base teórica, mas também redefine seu posicionamento político e ético, assumindo uma perspectiva crítica diante da ordem vigente e das formas de reprodução das desigualdades.

Diante dessas concepções, abordar as temáticas sobre a diversidade é envolver diretamente nas “situações concretas da vida singular dos indivíduos bem como dos sujeitos políticos [...] relacionados, dentre outras questões, à sexualidade, á afetividade, a viver sob os ditames do patriarcado, da misoginia, do racismo e da LGBTfobia” (Cisne; Santos, 2018, p. 23). Não é recente a percepção, presente em determinados segmentos da esquerda, de que o debate acerca das opressões se configura como uma pauta identitária, acessória e/ou desvinculada da luta de classes.

É necessário reconhecer que, no interior do feminismo e dos movimentos antirracistas, coexistem distintas correntes teóricas e políticas que disputam sentidos e estratégias de atuação, entre as quais se destacam perspectivas liberais, pós-modernas e aquelas centradas na identidade. No âmbito deste artigo, parte-se do referencial do Marxismo para problematizar abordagens que tendem a tratar o racismo de forma dissociada das determinações estruturais do capitalismo.

Nessa direção, não se afirma, de maneira generalizada, que o enfrentamento ao racismo seja considerado secundário, mas busca-se tensionar leituras que, ao não

articularem raça e classe, podem limitar a compreensão das bases materiais que sustentam as desigualdades raciais. Assim, sustenta-se que a análise do racismo, quando desvinculada da crítica à sociabilidade capitalista, corre o risco de apreender o fenômeno de forma parcial, o que reforça a necessidade de abordagens que considerem a totalidade das relações sociais e suas múltiplas determinações.

Essa postura evidencia os limites e que ainda apresentam dificuldades em estabelecer uma aproximação concreta com as vivências cotidianas da população negra, das mulheres e da população LGBTQIAPN+, segmentos que, em grande medida, compõem as frações mais exploradas da classe trabalhadora. Nesse sentido, compreender o racismo como estrutural e estruturante da sociedade brasileira implica reconhecer sua relação intrínseca com a divisão racial e sexual do trabalho (Moreira, 2021).

Assim, análises que não incorporam essas determinações tendem a apreender de forma parcial a realidade social. À luz do Marxismo, torna-se fundamental avançar para além da aparência dos fenômenos, buscando suas determinações mais profundas e suas mediações com a totalidade social. Isso exige reconhecer que a classe trabalhadora no Brasil é atravessada por dimensões raciais, étnicas e de gênero, que não podem ser dissociadas da análise de classe. Desse modo, a desconsideração dessas mediações pode fragilizar a construção de estratégias articuladas de enfrentamento ao capitalismo, ao limitar a compreensão das múltiplas formas de exploração e opressão. Em contrapartida, a incorporação destas dimensões contribui para o fortalecimento de análises mais consistentes e de práticas políticas capazes de ampliar a unidade na luta anticapitalista.

De acordo com Madeira (2025), para compreender a questão racial no Brasil é imprescindível examinar as condições objetivas e subjetivas da sua existência, de forma que desenvolvam a produção e reprodução da vida. Desse modo, a luta antirracista e as lutas antiopressões, são podem ser consideradas desconexas do movimento do real, das implicações nas relações sociais, elas devem ser associadas a transformação social, conectadas com a persistências nas desigualdades. Esse debate, como identitarismo e vitimismo, é uma modalidade sofisticada de racismo se manifestar.

3 CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS FINAIS

Diante das ausências históricas no tratamento dessas temáticas, torna-se fundamental atentar também para aquilo que não está explicitado, interrogando os silenciamentos e as intencionalidades que os sustentam. Essas lacunas não são neutras, elas expressam determinações vinculadas a uma sociabilidade marcada por bases racistas, heteropatriarcais e capitalistas, nas quais a aparente ausência de conflito pode ocultar tensões e disputas profundas. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que as relações sociais contemporâneas são produto de um passado estruturado por desigualdades, mas

também por intensos processos de luta e resistência. Assim, opressão e resistência constituem dimensões indissociáveis da realidade concreta e da própria dinâmica da luta de classes.

As reflexões aqui apresentadas não têm a pretensão de oferecer respostas acabadas ou soluções prescritivas. Ao contrário, buscam provocar o debate e estimular a problematização crítica, convidando não apenas estudantes e profissionais do Serviço Social, mas a sociedade em geral, a reconhecer essas determinações frequentemente invisibilizadas. Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de construção de mediações que possibilitem a incorporação de posicionamentos comprometidos com o enfrentamento às opressões, articulados a uma perspectiva anticapitalista, orientada pela transformação social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Quase 85% da população preta afirma ter sofrido discriminação racial: dado faz parte de pesquisa apoiada pelo Ministério da Igualdade Racial. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-05/quase-85-da-populacao-preta-afirma-ter-sofrido-discriminacao-racial. Acesso em: 23 jul. 2025.

ALMEIDA, Magali da Silva. Entrevista com a professora Magali da Silva Almeida. **Revista Libertas,** Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231-239, jan./jun. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18263. Acesso em: 26 mar. 2026.

ALMEIDA, Silvio de. Prefácio de Asad Haider: Armadilha da identidade. **Insurgência**, 5 jan. 2021. Disponível em: https://www.insurgencia.org/blog/silvio-almeida-prefacio-de-asad-haider-armadilha-da-identidade. Acesso em: 22 jul. 2025.

ASSIS, Eliane Santos de. **A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no Serviço Social**. 2022. 268 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/30905/1/Eliane%20Santos%20de%20Assis.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Lançamento da plataforma antirracista. **ABEPSS**, Brasília, 2022. Disponível em: https://abepss.org.br/lancamento-da-plataforma-antirracista/. Acesso em: 26 mar. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Subsídios para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social. **ABEPSS**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-20181204141942714643O.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRAZ, Marcelo; BOTELHO, Marcos. Teoria social e as Diretrizes Curriculares de 1996: processo e afirmação da tradição marxista na formação profissional. *In*: GHIRALDELLI, Reginaldo; ELIAS, Michelly (org.). **Diretrizes curriculares e formação em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2024.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Assistente social no combate ao preconceito: transfobia. **CFESS**, Brasília, DF, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Carta de princípios da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. **CFESS**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/carta-principios-frentecombateracismo.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). CFESS Manifesta: 1ª Conferência Nacional GLBTT. **CFESS**, Brasília, DF, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta1aconferencianacionalGLBTT.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). CFESS Manifesta: Dia Nacional da Consciência Negra. **CFESS**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/2010.11.20_CFESSManifesta_ConscienciaNegra.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). CFESS Manifesta: o amor fala todas as línguas – assistente social na luta contra o preconceito. **CFESS**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Nota técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia. **CFESS**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. **CFESS**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS nº 785, de 2016. **CFESS**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/ResCfess7852016.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

ELPÍDIO, Maria Helena. Por uma formação antirracista no Serviço Social. **Temporalis**, v. 25, n. 49, p. 565–574, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/48729. Acesso em: 22 jul. 2025.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936–1947)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Diretrizes curriculares do Serviço Social, debate étnico-racial e os desafios contemporâneos para uma formação emancipatória. **Temporalis**, v. 25, n. 49, p. 44–54, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/48710. Acesso em: 22 jul. 2025.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. A indissociabilidade entre as lutas antirracista e anticapitalista: aproximações necessárias. *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org.).

Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos. São Paulo: EDUC, 2021. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/40654/1/9786587387635.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

OBSERVATÓRIO DE MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ NO BRASIL; GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). Relatório 2024. **Grupo Gay da Bahia**, 2024. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Observatorio_2024_de_Mortes_Violentas_de_LGBT-release-20-jan.-2024.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

OLIVEIRA, Dennis de. Prefácio: uma análise marxista das relações raciais. *In*: MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2024.

SERVIÇO SOCIAL CONTRA O RACISMO. **Serviço Social contra o racismo.** Disponível em: https://servicosocialcontraracismo.com.br/. Acesso em: 26 mar. 2026.

SILVA, Christiane Pimentel e. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 34–51, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dQkkhqYS3WDkMNX3N44JCKf/. Acesso em: 22 jul. 2025.

Recebido em: 26/11/2025
Aceito em: 18/06/2026